

Apoio



ANO 11 Nº 4

Abril de 2002

# Carta

# de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Coordenação e Planejamento  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

## Desaceleração, recessão e desdobramentos

Entre novembro de 2000 e junho de 2001, houve quedas na atividade do setor industrial dos Estados Unidos — um indicador da **desaceleração** em curso na economia —, com a produção oscilando, mensalmente, entre reduções de 0,3% a 0,9%. A utilização da capacidade instalada da indústria, que se manteve em 83% no início de 2000, passou a 74% em meados de 2001.

Uma insignificante recuperação em julho, e a produção industrial voltou a despencar entre agosto e novembro de 2001, desta vez com o piso da oscilação atingindo uma redução de 1,1% no mês de setembro, época do ataque às torres gêmeas de Nova Iorque. E assim, concomitantemente à queda nos índices das Bolsas de Valores, o PIB diminuiu em 0,2% no terceiro trimestre do ano passado, evidenciando uma reversão, em definitivo, das expectativas para o padrão de crescimento associado à Nova Economia. Em novembro, com a divulgação do comportamento do PIB, o que era desaceleração deu lugar à **recessão**. Esses fatos, combinados, obrigariam o Sistema de Reserva Federal a reduzir as taxas de juros ao patamar de 1,75% até o final do ano — algo inédito nas últimas quatro décadas — depois de 11 intervenções sucessivas.

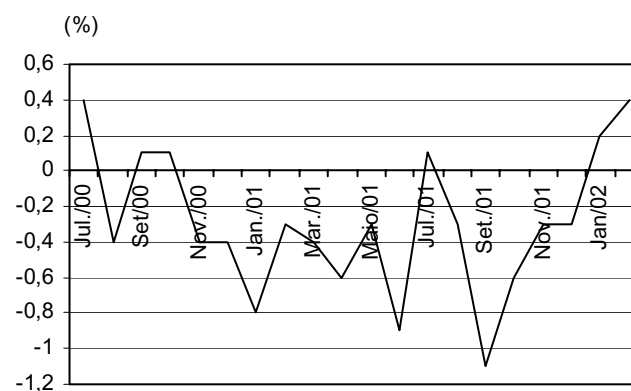
Quando os analistas econômicos passaram a assimilar a presença da recessão, o National Bureau of Economic Research (NBER) divulgou que o PIB havia crescido 0,2% no quarto trimestre de 2001. E, não bastasse o término da recessão, um mês depois, em 28 de fevereiro, o desempenho foi revisado, e os 0,2% converteram-se em um crescimento apreciável de 1,4%.

Neste início de 2002, a produção industrial cresceu 0,2% em janeiro e 0,4% em fevereiro, um sinal evidente de mudança no cenário econômico. A taxa de desemprego caiu, repentinamente, no segundo mês do ano. Os incrementos de produtividade, o comportamento dos consumidores, as vendas do comércio varejista, a valorização dos imóveis e os gastos bélicos decorrentes da guerra no Afeganistão explicam, em parte, as mudanças em curso na economia norte-americana. A redução dos juros e o preço do petróleo facilitaram a vida das empresas norte-americanas, enquanto estas procuravam ajustar pessoal e estoques à conjuntura vigente.

Em 9 de março, o Presidente George W. Bush promulgou uma lei para reativar a economia com recursos previstos de US\$ 51 bilhões em 2002, US\$ 43 bilhões em 2003 e US\$ 29 bilhões em 2004. A esta altura, fins de março, há dúvidas quanto aos desdobramentos da retomada americana sobre o cenário internacional. A União Européia (UE) trabalha a passos lerdos,

onde está em discussão um crescimento nulo no terceiro trimestre de 2001. Na Alemanha, o HVB, o segundo maior banco alemão, definiu o corrente exercício como um ano pobre, enquanto o líder Deutsch Bank visualiza este como um ano difícil, tendo duplicado as provisões para credores duvidosos. No Japão, o Ministro da Economia Heizo Takenaka acredita em uma recuperação cíclica a partir de julho de 2002, dado o incremento das exportações para os Estados Unidos, se o país levar adiante uma reforma fiscal. Quanto à América Latina, a economia prossegue em desaceleração; ao mesmo tempo em que Bush inicia a segunda fase da guerra e põe o Iraque na mira, ele articula acordos comerciais com o Pacto Andino e com a América Central em troca de apoio na luta contra o narcotráfico e o terrorismo. Enfim, a recuperação não está consolidada, e os reflexos sobre a economia mundial ainda são incertos.

Variação mensal da produção industrial dos EUA — jul./00-fev./02



FONTE: Departamento de Comércio dos EUA.

Antonio Carlos Fraquelli (FEE/NEESF)

## A queda da taxa de juros e a inflação

O Comitê de Política Monetária do Banco Central, após manter a taxa de juros Selic, de julho de 2001 até janeiro deste ano, em 19% a.a., baixou-a, em fevereiro, para 18,75% a.a. e, em março, para 18,5% a.a.

Em princípio, não haveria impacto significativo sobre a inflação, tendo em vista o baixo nível de atividade da economia nacional. Tal desaquecimento, justamente, é que poderia agravar o quadro econômico, por reduzir a arrecadação tributária e piorar o resultado primário do setor público consolidado. Ademais, a manutenção da taxa Selic em 19% a.a., ou sua elevação, aumentaria a pressão sobre a dívida pública e sobre o déficit nominal, afetando o resultado fiscal global.

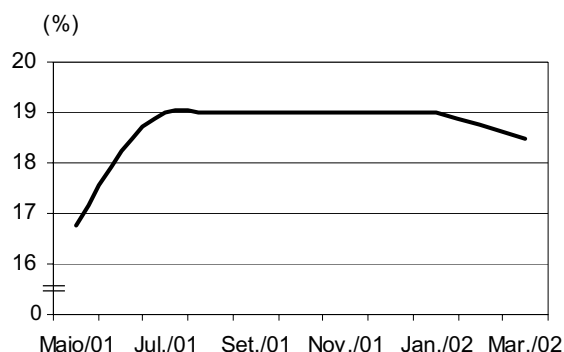
Todavia outros fatores potencialmente inflacionários têm emergido na conjuntura, como a elevação do preço internacional do petróleo, empurrando as expectativas de variação dos índices de preços para patamares próximos ao teto fixado. A autoridade monetária afirma que não está recuando de seu comprometimento com as metas inflacionárias, alegando ter mudado o enfoque, passando a considerar a tendência da inflação num período maior (18 a 24 meses) e não mais em 12 meses. Na prática, isso significa que o Bacen aplica certo afrouxamento, no curto prazo, à política monetária, para estimular a redução do custo de financiamentos e crediários e a retomada da produção.

## A queda das exportações gaúchas para a América Latina

A Argentina é o segundo maior mercado externo para produtos gaúchos, e a crise pela qual passa tem causado certas preocupações, quando se trata de traçar perspectivas para as exportações estaduais para 2002. Cabe ressaltar, contudo, que a queda de nossas exportações vem se verificando, também, em todos os demais principais parceiros comerciais latino-americanos. A queda das exportações foi maior do que para a Argentina nos casos do Paraguai e do Uruguai e foi menor nos do México, do Chile e do Peru.

Cuba, Venezuela e Equador apresentaram altas taxas de crescimento das suas importações do RS. Contudo não puderam compensar plenamente os reveses sofridos no Mercosul e nos demais países antes citados, porque continuam a ser mercados pouco expressivos para nossa produção. Embora venha registrando aumento no montante total de suas exportações, o Estado vem declinando a parcela de suas vendas externas destinadas a seus vizinhos mais próximos e para a ALADI. Tal fato destaca a importância do recente empenho do Governo e do empresariado do RS para diversificar os mercados das exportações gaúchas com importantes incrementos verificados nas vendas para a Ásia, o Oriente Médio e a Europa Oriental.

Evolução da taxa Selic



FONTE: Bacen.

NOTA: As datas referem-se às reuniões do Conselho de Política Monetária (Copom).

Edison Marques Moreira (FEE/NEESF)

Exportações do Rio Grande do Sul para a ALADI — fev./00-jan./01 e fev./01-jan./02

PAÍSES	VALOR (US\$ 1 000 FOB)			PARTICIPAÇÃO %	
	Fev./00- -Jan./01	Fev./01- -Jan./02	Δ%	Fev./00- -Jan./01	Fev./01- -Jan./02
Argentina .....	669 415	536 157	-19,91	11,43	8,51
México .....	216 550	201 158	-7,11	3,70	3,19
Uruguai .....	191 736	149 585	-21,98	3,27	2,37
Chile .....	141 113	137 742	-2,39	2,41	2,19
Paraguai .....	148 612	106 397	-28,41	2,54	1,69
Venezuela .....	46 725	82 138	75,79	0,80	1,30
Colômbia .....	38 342	55 530	44,83	0,65	0,88
Bolívia .....	40 674	47 286	16,26	0,69	0,75
Equador .....	18 061	24 658	36,53	0,31	0,39
Peru .....	24 865	20 977	-15,64	0,42	0,33
Cuba .....	9 919	17 797	79,42	0,17	0,28
<b>TOTAL DO RS</b>	<b>5 854 697</b>	<b>6 301 818</b>	<b>7,64</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: MDIC.

Teresinha Bello (FEE/NERI)



Você não precisa ser grande  
para ter crédito e  
acompanhamento técnico.



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL  
Estado da Participação Popular

# ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-fev./02

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (4)	
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	...	...	124,8	-8,2	99,6	-7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,3	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	19,3	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	20,9	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	20,6	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Fev./00	-	-	8,2	7,9	19,0	110,2	-22,3	126,0	0,1	42 197
Mar./00	1,9	19,3	8,1	6,9	19,0	108,2	-20,1	126,3	0,2	40 906
Abr./00	-	-	7,8	6,8	18,5	109,4	-10,1	126,2	-0,1	38 549
Mai./00	-	-	7,8	6,5	18,5	111,3	-8,6	126,7	0,4	38 460
Jun./00	3,1	19,3	7,4	6,5	17,5	110,7	-11,5	126,5	-0,2	37 924
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	125,4	-0,9	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	124,9	-0,4	37 855
Set./00	4,3	19,9	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	124,5	-0,3	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	125,3	0,6	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	127,4	1,7	40 006
Dez./00	4,4	19,8	4,8	6,0	15,8	109,6	-5,4	127,9	0,2	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	111,0	-1,6	100,0	-21,7	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,2	1,8	95,6	-4,4	44 300
Mar./01	4,3	21,5	6,5	6,4	16,3	114,4	5,7	96,3	0,8	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,8	95,8	-0,6	43 543
Mai./01	-	-	6,9	7,0	16,8	123,0	10,5	95,8	0,0	43 636
Jun./01	3,2	20,7	6,4	7,4	18,3	123,0	11,1	96,0	0,3	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	124,3	16,2	96,8	0,8	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	126,9	22,4	94,9	-2,0	45 010
Set./01	2,3	20,1	6,2	6,5	19,0	134,9	29,6	93,7	-1,3	45 133
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	133,5	26,5	92,5	-1,3	45 430
Nov./01	-	-	6,4	7,6	19,1	121,8	11,6	104,2	12,8	45 587
Dez./01	1,5	-	5,6	7,7	18,8	113,0	3,1	129,2	24,3	52 846
Jan./02	-	-	6,8	7,6	-	109,5	-1,4	99,8	-23,0	52 298
Fev./02	-	-	7,0	7,5	18,5	-	-	-	-	50 056

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	...	...	89,52	-3,7	-	(9) 69,0	13,4	-2,3	1,57	...	...	23 754	...
Dez./93	...	...	97,13	7,5	-	(9) 72,0	8,1	25,1	-0,14	...	...	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(9) 77,0	12,3	28,7	-0,31	...	...	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(9) 83,0	6,8	51,1	-2,55	...	...	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(9) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(9) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Fev./00	-3,27	47,4	112,69	10,3	-	-	-0,7	-11,0	-4,46	5,07	-0,61	38 364	240 663
Mar./00	-3,31	47,0	120,41	8,0	-	-	1,5	-7,9	-4,40	5,13	-0,73	39 200	242 536
Abr./00	-3,52	47,5	115,43	6,8	-	83,1	4,3	-5,4	-4,44	4,91	-0,47	28 721	230 069
Maior00	-3,83	47,4	126,85	6,7	-	-	6,2	-2,7	-4,40	4,92	-0,52	28 570	231 346
Jun./00	-3,59	46,5	128,05	6,8	-	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 288
Jul./00	-3,18	49,5	130,37	6,9	-	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,29	7,0	-	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,23	6,6	-	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,32	6,7	-	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,62	6,6	-	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,05	7,2	0,2	82,1	15,8	17,3	-4,42	5,33	-0,91	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,89	6,2	-1,3	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,31	6,5	9,1	-	13,6	15,4	-4,74	5,30	-0,56	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,52	6,7	-5,9	83,9	13,6	15,9	-4,68	5,48	-0,80	34 653	...
Maior01	-3,79	51,9	132,83	6,6	6,9	-	12,7	15,9	-4,84	5,62	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,64	5,8	-2,6	-	11,9	15,9	-4,85	5,29	-0,43	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,17	5,3	3,7	80,9	9,9	13,9	-5,06	4,88	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	135,99	4,6	2,5	-	7,8	11,2	-5,07	4,76	0,31	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,09	4,1	-5,5	-	6,8	8,0	-5,02	4,82	0,19	40 054	232 442
Out./01	-3,95	54,4	131,94	3,2	2,2	79,9	6,8	5,8	-4,89	4,74	0,14	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,1	128,28	2,5	-1,4	-	6,0	5,0	-4,77	4,12	0,65	37 234	228 603
Dez./01	-3,67	53,1	112,27	1,4	-10,8	-	5,5	1,6	-4,61	4,50	0,12	35 866	226 036
Jan./02	-3,63	55,0	117,51	0,5	6,4	79,5	2,4	-3,1	-4,37	4,45	-0,08	36 167	-
Fev./02	-3,60	54,5	-	-	-	-	1,8	-4,1	-4,22	4,40	-0,18	35 906	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mês anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Refere-se ao mês seguinte.

## Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 4

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — nov./99-abr./02

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Nov./99	-	137,39	111,39	101,30	225,2	100,7	42,9	415,1	106,84	479,73
Dez./99	3,0	126,87	114,63	102,24	247,7	94,6	42,4	413,3	107,76	482,01
Jan./00	-	119,56	114,69	114,69	249,9	96,8	86,6	477,4	108,69	486,17
Fev./00	-	130,92	118,79	116,79	216,2	97,9	48,9	413,0	109,12	491,65
Mar./00	-	157,01	109,30	113,79	219,5	99,3	42,4	409,2	109,51	493,24
Abr./00	-	146,31	103,07	110,75	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai./00	-	158,38	112,46	111,12	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,98	106,80	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,48	109,18	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,72	113,16	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,85	103,53	109,76	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,27	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,1	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,40	97,31	102,41	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	156,20	99,48	101,28	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,37	104,14	102,04	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai./01	-	154,92	97,82	101,10	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,66	96,52	100,29	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,17	98,50	100,02	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,37	99,15	99,90	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,27	96,01	99,49	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,44	98,79	99,42	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,58	96,37	99,14	291,4	116,1	56,8	464,2	123,37	565,12
Dez./01	3,5	125,84	97,84	99,04	361,3	143,3	77,9	582,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,56	101,12	101,12	244,8	102,1	84,8	431,6	126,11	576,45
Fev./02	-	-	-	-	-	-	-	-	126,20	577,21
Mar./02	-	-	-	-	-	-	-	-	127,20	576,94
Abr./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	577,39

(continua)

**Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 4**
**ECONOMIA DO RS**

Variáveis selecionadas — nov./99-abr./02

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$)	VARIÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupados (10)	Assalariados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Nov./99	8 894	11,7	19,7	737	744	564 829	1 460 697	404 187	-11,4	3,2
Dez./99	-11 311	11,1	18,1	756	746	577 884	1 573 375	465 523	30,7	40,9
Jan./00	6 367	10,3	16,7	738	723	504 010	1 662 231	339 539	-23,4	-33,7
Fev./00	7 374	10,2	16,8	730	711	590 670	1 721 907	351 781	3,9	7,5
Mar./00	12 922	10,8	17,7	719	719	595 849	1 698 334	415 601	33,9	7,9
Abr./00	14 283	11,4	18,8	733	731	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai/00	2 625	11,5	18,4	750	743	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	17,8	760	747	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	-475	11,2	16,8	770	744	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	759	746	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	746	736	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	735	734	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	730	725	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	734	724	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	728	729	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	732	741	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	717	736	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	723	739	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	711	716	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	714	714	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	702	702	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	14,3	705	705	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	7 532	9,8	14,5	720	727	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	10 869	10,2	15,3	721	733	598 559	1 480 961	494 824	19,2	17,4
Nov./01	10 730	9,7	15,1	724	735	480 254	1 565 278	384 873	64,4	11,9
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	710	713	586 626	1 570 998	468 839	-24,7	21,5
Jan./02	-	8,9	14,5	-	-	784 376	1 584 060	370 754	95,4	-25,4
Fev./02	-	-	-	-	-	593 381	1 717 735	372 940	-56,4	-17,7
Mar./02	-	-	-	-	-	-	-	-	216,4	16,0
Abr./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## Indústria registra primeiros sinais de recuperação

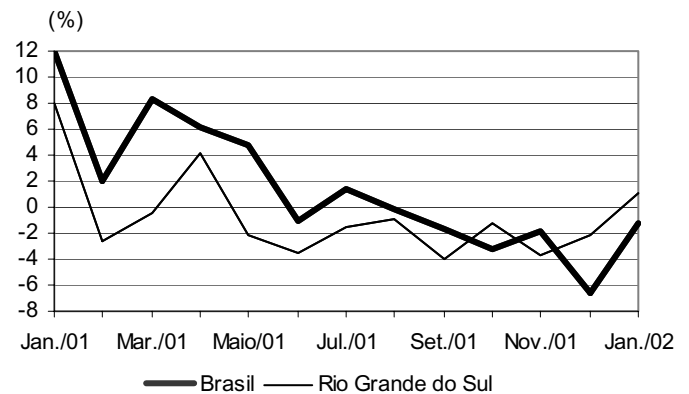
A produção industrial brasileira apresentou em janeiro, pela terceira vez consecutiva, crescimento na série livre de influência sazonal medida pelo IBGE. Ao mesmo tempo, embora na comparação com igual mês de 2001 persista, pela sexta vez, queda no indicador de desempenho, qual seja, -1,3%, ressalta que esta é uma queda sensivelmente menor que a de -6,7% observada em dezembro.

Assim, o conjunto de indicadores disponíveis parece apontar para a recuperação da atividade industrial no País, no início de 2002. É visível, porém, que esta ocorre de maneira muito modesta, tendo em vista as restrições impostas pelo nível ainda elevado dos juros e pela contração dos rendimentos. Nesse sentido, a sinalização do movimento descendente da taxa básica de juros pela autoridade monetária, junto com o fim do racionamento energético, e os tímidos indícios de recuperação da economia americana consti-tuem-se em elementos fundamentais para a expectativa de reto-mada da atividade industrial. Na direção oposta, têm-se as medidas protecionistas do Governo Bush e as repercussões no comércio internacional, o aprofundamento da crise na Argentina e as indefinições do período pré-eleitoral.

A indústria gaúcha insere-se na tendência nacional, uma vez que o mês de janeiro registrou a primeira taxa mensal positiva (1,1%) desde maio de 2001. Dentre os 19 segmentos pesquisados pelo IBGE, nove apresentaram resultados positivos, com destaque para mecânica (20%), material de transporte (25,5%) e pro-

dutores alimentares (9,7%). A previsão de uma boa safra agrícola nacional e as repercussões para o setor de máquinas agrícolas, somadas ao crescimento das exportações, mesmo que afetadas pela retração do mercado argentino, são alguns indícios que possibilitam prever melhores perspectivas para o RS a partir do segundo trimestre.

Evolução da taxa mensal da produção física da indústria geral do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan./01-jan./02



FONTE: IBGE.

NOTA: Taxa de crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Rubens Soares de Lima (FEE/NEI)

## Mulheres são maioria entre os desempregados na RMPA

As informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) mostram que, em 2001, pelo segundo ano consecutivo, a taxa média de desemprego das mulheres apresentou decréscimo, passando de 19,6% da PEA em 2000 para 18,2% no ano em análise, reduzindo-se em 10 mil pessoas o contingente de desempregadas. Na força de trabalho masculina, a redução do desemprego foi expressivamente maior (17 mil pessoas), tendo ocorrido recuo na taxa de desemprego total de 14,2% para 12,3% da PEA. Assim, a população de mulheres desempregadas ficou estimada em 137 mil pessoas, e a de homens desempregados, em 115 mil pessoas. Com isso, as diferenças entre os gêneros aprofundaram-se ainda mais, trazendo novos desafios para a construção da equidade no âmbito do mercado de trabalho.

Embora, no ano em análise, tenha ocorrido decréscimo no contingente de mulheres desempregadas, foi ampliada sua participação em relação ao segmento masculino, passando de 52,7% em 2000 para 54,4% em 2001. Conseqüentemente, essa evolução vem acentuar a feminização do desemprego. É importante destacar, ainda, que, desde 1998, as mulheres passaram a constituir maioria

no contingente desempregado, e sua participação, a partir daí, vem evoluindo ascendentemente.

Taxa de desemprego, estimativa e distribuição dos desempregados, por sexo, na RMPA — 2000 e 2001

SEXO	TAXA DE DESEMPREGO (%)		ESTIMATIVA DOS DESEMPREGADOS (1 000 pessoas)		DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS (%)	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001
Total .....	16,6	14,9	279	252	100,0	100,0
Mulheres	19,6	18,2	147	137	52,7	54,4
Homens	14,2	12,3	132	115	47,3	45,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Norma Herminia Kreling (FEE/PED)

## Novo recorde na produção agrícola brasileira

Finalmente, o patamar de 100 milhões de toneladas para a safra agrícola brasileira de grãos parece estar perto de se concretizar. Pelo menos, é o que está sendo esperado para 2002. Se, no início dos anos 90, nem se cogitava tal volume de produção, uma vez que o total produzido de grãos se situava em menos de 60 milhões de toneladas, em 1995, uma safra de quase 80 milhões de toneladas de grãos, derivada do otimismo gerado pelo Plano Real, criou expectativas positivas quanto ao crescimento rápido e contínuo da produção agrícola brasileira. No entanto, a grande redução na safra de 1996, especialmente em virtude da diminuição da área plantada pelos produtores em decorrência dos baixos preços obtidos pelos produtos agrícolas em 1995, fez com que fossem reconsideradas essas previsões. A partir desse recuo, o Governo passou a criar novos mecanismos de sustentação de preços, com o objetivo de alcançar metas crescentes de produção. Mas, mesmo com um crescimento do volume de produção em 1997, foi somente em 1999 que a produção brasileira ultrapassou a produção de 80 milhões de toneladas.

De 1999 para cá, a produção agrícola brasileira tem apresentado incrementos ano a ano, e um novo salto em termos de volume de produção agrícola ocorreu em 2001, quando foi colhida uma safra superior a 98 milhões de toneladas. Essa performance tornou bastante viável a concretização, em 2002, da safra agrícola de 100 milhões de toneladas. Em 2001, o aumento do volume produzido deu-se em decorrência do crescimento da produção de milho e soja, e, em 2002, o aumento previsto estaria baseado principalmente em incrementos na produção de soja.

O desempenho da agricultura nacional na década de 90 não foi acompanhado pelo Rio Grande do Sul, que, no ano 2000, apresentava um volume de produção agrícola igual ao obtido em 1990 — em torno de 14,8 milhões de toneladas. É bem verdade que, no início da década, houve alguns anos — 1992 e 1993 — em que a produção gaúcha foi superior a esse volume, alcançando 16,8 milhões de toneladas de grãos e, em 1995, acompanhando o entusiasmo ocorrido em nível nacional em função das expectativas criadas com o Plano Real, chegou a

superar esse volume, sendo produzidos no Estado 17,3 milhões de toneladas de grãos. Do mesmo modo que a produção nacional, o Rio Grande do Sul teve uma redução importante da produção em 1996 e, a partir daí, uma evolução positiva até 1998. No entanto, em 1999 e 2000, a produção gaúcha tomou o caminho inverso da nacional e passou a apresentar uma redução, chegando em 2000 com o mesmo volume produzido em 1990. Foi somente em 2001 que a produção gaúcha obteve um incremento — atingiu 18,4 milhões de toneladas —, voltando a acompanhar o desempenho da nacional e baseando seu incremento, da mesma forma que esta, na produção de milho e soja.

Estimativa de produção de grãos no Brasil — safras 2000/2001 e 2001/2002

(1 000t)

CULTURAS	SAFRAS		VARIAÇÃO	
	2000/2001 (A)	2001/2002 (B)	Percentual (B/A)	Absoluta (B-A)
Arroz .....	10 386,0	11 495,5	10,7	1 109,5
Feijão total .....	2 587,1	3 256,0	25,9	669,0
Milho total .....	41 535,2	37 909,6	-8,7	-3 625,6
Soja .....	37 218,3	41 539,5	11,6	4 321,2
Trigo .....	3 194,2	3 194,2	0,0	0,0
Outros grãos ..	3 390,9	3 147,8	7,2	-243,1
<b>TOTAL .....</b>	<b>98 311,7</b>	<b>100 542,6</b>	<b>2,3</b>	<b>2 231,0</b>

FONTE: Conab.

**Vivian Fürstenau (FEE/NEA)**

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 03.04.02).

ISSN 1517-7254

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.400 exemplares.



**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Presidente: José Antonio Fialho Alonso  
 Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan  
 Diretor Administrativo: Celso Anversa

**Conselho Editorial da Carta:** Flávio B. Fligenspan,  
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e  
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser  
 Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283  
 E-mail conjuntura@fee.tche.br  
 www.fee.tche.br

### EDITORIAÇÃO

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

### Revisão

Coordenação: Sidônia Therezinha Hahn Calvete. Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

### Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo, Lenoir Buss e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.